



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

**EDITAL DO PREGÃO
PRESENCIAL N.º 4/2015
PROCESSO N.º 5306/2014**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP
(LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 – ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N.º
147/2014)**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrita no CNPJ/MF nº 08.493.371/0001-64, sediada na Praça Sete de Setembro, S/N, Cidade Alta, Natal/RN, através do(a) Pregoeiro(a), designado pelo o ATO Nº 043/2014, de 07/01/2014, publicado no Diário Oficial do Estado, nas edições de 10/01/2014 e 12/02/2014, comunica aos interessados que realizará às **09:00** do dia **15 de abril de 2015 (quarta-feira)**, na ALA DAS COMISSÕES PERMANENTES PLENÁRIO 01, situada no 2º Andar deste Órgão, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço Por Item** conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5306/2014**, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e subsidiariamente as normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, e às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de material didático, jogos educativo e material de consumo, para atender as ações da Assembleia Cidadã durante o ano de 2015, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.2 - Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Declaração Conjunta (Declaração de cumprimento das condições de Habilitação nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02 e Declaração de empresa que se enquadra na Lei Complementar 123/2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas).

Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor (inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal)

Anexo IV – Modelo de apresentação de proposta

Anexo V – Modelo de Ata de Registro de Preços

Parágrafo Único – A minuta do contrato foi dispensada, em consonância com o artigo 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

2 - DA PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste Pregão Presencial exclusivamente as empresas



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

enquadradas como ME e EPP nos termos do inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, do ramo de atividade compatível ao objeto ora licitado, que apresentarem, no dia, hora e local fixados no preâmbulo deste instrumento ao(à) Pregoeiro(a):

- a) Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação (**Anexo II**), em separado dos envelopes n.ºs 1 e 2;
- b) Os envelopes devidamente fechados e opacos contendo os caracteres da forma a seguir:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇO

P. Presencial n.º 4/2015

Razão Social da empresa:

CNPJ/MF:

Data e hora da abertura: 15 de abril de 2015 (quarta-feira) as 09:00 horas, (hora local).

ENVELOPE 02 - HABILITAÇÃO

P. Presencial n.º 4/2015

Razão Social da empresa:

CNPJ/MF:

Data e hora da abertura: 15 de abril de 2015 (quarta-feira) as 09:00 horas, (hora local).

2.2 - Decorrido o horário supracitado à abertura do procedimento licitatório, o(a) Pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, poderá conceder tolerância de até **10 (dez) minutos** para o início da sessão. Após o(a) Pregoeiro(a) declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

2.3 - Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, bem como a sub-contratação do objeto deste Edital, ficando sob a inteira responsabilidade do licitante contratado o cumprimento de todas as condições contratuais, atendendo aos requisitos técnicos e legais para esta finalidade.

2.4 - Não poderão participar da presente licitação empresas cuja falência ou concordata tenha sido decretada, que estejam em concurso de credores, em dissolução ou em processo de liquidação ou que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou com impedimento de contratar com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.5 - Todos os documentos deverão ser entregues impressos por qualquer processo, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo aqueles que não forem apresentados em papel timbrado trazerem a razão social ou denominação social do emitente.

2.6 - A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverão, de preferência, ser efetuados pelas empresas interessadas em participar do certame pelo e-mail



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

pregaoalrn@rn.gov.br ou telefone/fax **3232-9748**, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a sessão de recebimento e abertura dos envelopes proposta de preço e habilitação.

2.7 - A ausência de dizeres na parte externa do envelope não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega.

2.8 – Caso, eventualmente, ocorra à abertura do Envelope nº 02 (Habilitação) antes do Envelope nº 01 (Proposta de Preço), por equívoco, será novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - A partir das **09:00** do dia marcado para abertura da Sessão Pública, indicado no preâmbulo deste edital e na presença do(a) Pregoeiro(a), a licitante poderá se apresentar para credenciamento por um representante legal. **Para tanto, será OBRIGATÓRIA a apresentação de CÓPIA dos seguintes documentos:**

a) CARTEIRA DE IDENTIDADE ou outro documento equivalente. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares; pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; órgãos fiscalizadores de exercício de profissão (Ordens, Conselhos, etc); Passaporte (ainda válido), certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

b) PROCURAÇÃO ou documento que COMPROVE OS NECESSÁRIOS PODERES PARA PRATICAR TODOS OS ATOS PERTINENTES AO CERTAME, em nome da proponente.

NO CASO DE PROPRIETÁRIO, SÓCIO-ADMINISTRADOR, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO DA EMPRESA PROPONENTE, é suficiente a apresentação da cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou documento equivalente), no qual deverá constar os poderes necessários para exercerem direitos e assumirem obrigações em decorrência de tal investidura. Se o representante for sócio não detentor de poderes para, isoladamente, formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhes os poderes necessários.

c) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL em vigor e demais alterações; ou ato constitutivo consolidado e aditivo(s) posterior(es), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de Sociedades por Ações, além dos documentos já citados, acompanhado dos documentos de eleições de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial; E APRESENTAÇÃO DE,

d) DECLARAÇÃO dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme **MODELO DO ANEXO II**.

e) Além dos documentos exigidos acima, a licitante que for **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, consoante os benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/06, de 15 de dezembro de 2006, comprovará esta condição por



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

meio de declaração, assinalando com “x” a opção correspondente no **MODELO DO ANEXO II** deste Edital.

3.2 - Caso o Contrato Social ou o Estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.3 - Os documentos para credenciamento de que trata essa cláusula, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO, EM ORIGINALS OU FOTOCÓPIAS, sendo estas autenticadas por tabelião de notas, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por qualquer membro da Equipe de Apoio neste caso nos termos do item 6.2, alínea “d” deste Edital.

3.4 - A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com esta cláusula ou a ausência do representante, impedirá a licitante de participar dos lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita; salvo apresentação de documento de credenciamento válido no transcorrer da sessão, que habilitará o representante para os atos posteriores a entrega desse documento.

3.5 - O representante inicialmente credenciado poderá ser substituído por outro também devidamente credenciado.

3.6 – A empresa licitante que participe do certame será permitida o credenciamento de apenas um representante legal sendo vedada à participação de qualquer pessoa representando mais de um licitante, salvo na hipótese de que tais licitantes não estejam concorrendo para os mesmos itens do certame.

3.7 - Os interessados que enviarem os seus envelopes de proposta comercial e documentação sem representante(s) credenciado(s) deverá(ão) remeter(em), FORA DOS ENVELOPES N.ºs 01 e 02, a declaração que trata o item 3.1, alínea “d”.

3.8 - Concluído o credenciamento dos representantes, será assinada a LISTA DE PRESENÇA com a identificação de todos os credenciados.

3.9 - Todos os representantes das empresas deverão permanecer no local da sessão até o termino dos procedimentos para assinatura da ata.

4 - DA PROPOSTA

4.1 - A proposta deverá ser apresentada através do ENVELOPE 01, devidamente fechado, preenchendo os seguintes requisitos:

a) Ser impressa em 01 (uma) via, numerada, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, conter a identificação da empresa, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF, rubricadas todas as folhas, datada e assinada à última pelo representante legal.

b) Especificação detalhada do objeto cotado, com indicação da quantidade, modelo e/ou marca, de todo(s) o(s) item(ns)/lote(s) ofertado..

c) Cotação dos preços expressos na moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, (apenas do valor total da proposta).

d) Nos preços cotados deverão estar neles incluídas todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.2 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais ou omissões, alterações essas que serão avaliadas pelo(a) Pregoeiro(a).

4.3 - Serão corrigidos automaticamente pelo(a) Pregoeiro(a) quaisquer erros aritméticos e o preço global da proposta, se faltar.

4.4 - A simples participação no certame implica em:

a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão Presencial.

b) Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados da data de entrega dos envelopes.

c) Compromisso da licitante de entregar o material no local especificado no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital, pelo valor resultante de sua proposta ou do lance que a tenha consagrado vencedora, conforme o caso.

d) Que o prazo para entrega do material de no máximo **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da entrega da Ordem de Compra.

4.5 - Os preços apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração.

4.6 – A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pela própria licitante ou na proposta poderão ser supridas pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta de Preço e Habilitação com poderes para esse fim.

4.7 - A falta do CNPJ/MF e/ou endereço completo poderá também ser preenchida de acordo com os dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de “**habilitação**”.

5 – DAS AMOSTRAS

5.1 – O licitante detentor da melhor proposta de cada item/lote poderá ser convocado para apresentar amostra para análise, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento da notificação.

5.2 – O prazo estabelecido no item 5.1 para apresentação da amostra é improrrogável, portanto, não serão aceitos quaisquer pedidos de prorrogação do mesmo.

5.3 – As amostras deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitação e Contratos, localizada no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, na Praça Sete de Setembro, S/N, Cidade Alta - Natal/RN.

5.4 – As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a primeira compra realizada por este Órgão ao licitante vencedor.

5.5 – As amostras recusadas deverão ser retiradas pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, na Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, após recebimento de notificação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para fins de habilitação no presente certame deverá ser apresentada, através do envelope n.º 02, obrigatoriamente, a seguinte documentação:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário).
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

6.1.1.1 - Caso já tenham sido apresentados no momento do credenciamento para este Pregão, os documentos relacionados nas alíneas “a” a “c” do item anterior não precisarão constar do envelope de habilitação.

6.1.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentar **1 (um)**, ou mais, **ATESTADO** ou **DECLARAÇÃO** de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de **FALÊNCIA** ou **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** pelo Distribuidor da sede da Licitante, expedida nos últimos 30 (trinta) dias.

6.1.4 - REGULARIDADE FISCAL

a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**, expedido pela Receita Federal.

b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débito – **CND**, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - **INSS**.

c) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal.

e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO**, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado, para as empresas inscritas no Estado Rio Grande do Norte.

g) Certidão Negativa de **TRIBUTOS DO MUNICÍPIO**, da sede da LICITANTE.

h) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTA – CNDT**.

6.1.5 - DECLARAÇÃO DO MENOR:

a) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme **MODELO DO ANEXO III**.

6.2 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.3 – Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Equipe de Apoio/Pregoeiro ou publicação em Órgão da imprensa oficial e:

a) Serão aceitas somente cópias legíveis.

b) Não serão aceitos os documentos cujas datas estejam ilegíveis ou rasuradas.

c) O(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e/ou julgar necessário.

d) **Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no caso de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo(a) Pregoeiro(a) ou sua equipe de apoio.**

e) A apresentação de cópias de documentos sem autenticação desacompanhados do original implicará na inabilitação/desclassificação da licitante.

6.4 - Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de impedimento, inabilitação ou desclassificação, a apresentação de declarações que sejam elaboradas de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

6.5 - Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos através de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet, no momento da fase de habilitação.

6.6 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, contados da decisão do(a) Pregoeiro(a) que declarar a empresa vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

6.8 - As licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte deverão



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

apresentar, sob pena de inabilitação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrições.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO PROCEDIMENTO

7.1 - O julgamento das propostas far-se-á por critérios objetivos de **Menor Preço Por Item**, desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos neste Edital, sendo, portanto, desclassificadas pelo(a) Pregoeiro(a) as que estiverem em desacordo.

7.2 - O(a) Pregoeiro(a) classificará, para fase de lances verbais, a proposta que oferecer o menor preço e as propostas de valores de até 10% (dez por cento) superiores àquela de menor preço, desde que apresentadas em conformidade com o Edital.

7.3 - Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida no item anterior, a(a) Pregoeiro(a) classificará as 03 (três) melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, desde que compatíveis com os preços praticados no mercado.

7.4 - Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será observado primeiramente o disposto no inciso II, do § 2º, do art. 3º, da Lei n.º 8.666/93, e, caso permaneça o empate, será efetuado sorteio, durante a própria sessão pública, na presença dos licitantes interessados.

7.5 - As licitantes com propostas escritas classificadas para a fase de lances verbais, serão convocadas para apresentação de **lances verbais** e sucessivos de valores distintos e **decrecentes em relação ao menor lance ofertado**.

7.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão da licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

7.7 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.8 - Após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos** após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

após a solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de preclusão.

e) O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.9 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.10 - A proposta ou lance que apresentar valor simbólico, irrisório ou igual a zero será desclassificada.

7.11 - Serão desclassificadas as propostas cujos preços estejam excessivos ou manifestamente inexequíveis, comprovado através de pesquisa mercadológica constantes nos autos.

7.11.1 - **O(a) Pregoeiro(a), após a fase de lances, considerará preços excessivos as propostas que estejam com valores unitários dos itens que compõe os lotes superiores aos preços constantes no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.**

7.12 - O(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente pela sua aceitabilidade em conformidade com os termos do Edital. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva, sendo as ofertas ordenadas pelo critério de menor preço.

7.13 - Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.

7.14 - Constatado o atendimento pleno da proposta e da habilitação de conformidade com os termos editalícios, será declarado vencedor, sendo-lhe em seguida adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, caso não haja apresentação de recurso ao julgamento do(a) Pregoeiro(a).

7.15 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

7.16 - O(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um preço melhor.

7.17 - Após divulgado a licitante vencedora a proposta escrita da licitante não credenciada será incluída, também, no rol das classificadas.

7.18 - Ao termino da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, onde serão registradas todas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo(a) Pregoeiro(a), equipe de apoio e os representantes das licitantes.

7.19 - **A ausência do licitante, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata.**

7.20 - Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes proposta de preço e habilitação em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

7.21 - A interrupção dos trabalhos de que trata o item anterior somente dar-se-á, em



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

qualquer hipótese, antes ou após a etapa competitiva de lances verbais.

7.22 - Os envelopes não abertos e rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão sob a guarda do(a) Pregoeiro(a) até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

7.23 - Qualquer reclamação deverá ser feita durante a reunião pelos representantes legais das licitantes presentes, mediante registro na ata respectiva.

7.24 - Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo(a) Pregoeiro(a), pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.

7.25 - A abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação será realizada sempre em sessão pública, devendo o(a) Pregoeiro(a) elaborar a ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), pelos membros da equipe de apoio, e pelos representantes das licitantes presentes a sessão.

8 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 - O(a) Pregoeiro(a), caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto ao vencedor cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.

8.2 - Concluídos os trabalhos, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente ou qualquer membro da Mesa Diretora, para expedição e publicação do ato homologatório.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO RECURSO

9.1 - Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer com o devido registro em ata da síntese de suas razões, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação formal das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

9.3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.4 - Qualquer recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.

9.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

9.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais,



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

Excelentíssimo Senhor Presidente ou qualquer membro da Mesa Diretora, adjudicará o objeto ao licitante vencedor do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

10 - DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - Homologado o resultado da licitação, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, formalizará a Ata de Registro de Preços-ARP com o(s) fornecedor(es) primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

10.2 - A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte convocará o licitante vencedor para assinatura da ata de registro de preço. O prazo para assinatura é de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

10.3 - O prazo que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

10.4 - No caso de o licitante classificado em primeiro lugar, após convocado, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preço, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, o(a) Pregoeiro(a), poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com o licitante seguinte antes de efetuar seu registro.

10.5 - Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como para as aquisições dela resultante, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação de acordo com inciso XIII, Art. 55 do Estatuto de Licitações e Contratos.

10.6 - Não havendo homologação do Certame decorridos 60 (SESSENTA) DIAS da data da sessão pública, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

10.7 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas, ficando sujeita, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

10.8 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.9 - Órgão Gerenciador – órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

10.10 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços.

10.11 - Órgão Não Participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

10.12 - Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.13 - Caso haja anuência do Fornecedor Beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, por órgão.

10.13.1 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na respectiva Ata para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.13.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

10.13.3 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.14 - A contratação junto ao fornecedor registrado, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, ordem de compra, ou outro instrumento similar.

10.15 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

10.16 - Ata de Registro de Preços terá VALIDADE DE ATÉ 12 (DOZE) meses, a contar de sua publicação na Imprensa Oficial. Em tal prazo, estão incluídas eventuais prorrogações, as quais somente poderão ocorrer se justificada sua vantajosidade, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

10.17 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

10.18 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte para a devida alteração do valor registrado na Ata de Registro de Preços.

10.19 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço.
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, sem justificativa aceitável.
- c) O fornecedor que não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- d) Por presentes razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

- e) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.
- f) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos da Lei nº 8.666/1993.
- g) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior.
- h) For impedido de licitar e contratar com a Administração no termos da Lei nº 10.520/2002.
- i) Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

10.20 - A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

10.21 - O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente ou qualquer membro da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

10.22 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreeajustáveis durante a validade da ARP.

10.23 - Nas hipóteses previstas no Art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei n.º 8.666/93, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Procuradoria de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

10.24 - Caso a empresa registrada solicite a revisão de preço, a mesma deverá demonstrar de forma clara a composição do novo preço, através de planilhas de custo, datada(s) do período da licitação e da solicitação do reajustamento. Para análise da solicitação, da Procuradoria de Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte adotará ampla pesquisa de preços em empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da ARP.

10.25 - Não serão concedidas revisões de preço sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas.

10.26 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado, apurados pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, e os propostos pela empresa à época da realização do certame licitatório.

10.27 - Fica vedado à empresa registrada interromper a execução do objeto enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

11 – DA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO

11.1 – Após homologado o resultado deste Pregão e durante a validade da Ata de Registro de Preços, a Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Norte, eventualmente convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para, **no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis**, aceitar ou retirar a ordem de compra/Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

11.2 – O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado(s) pela(s) licitante(s) vencedora(s), durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

11.3 – A emissão da Ordem de Compra ou Nota Empenho está condicionada à verificação da regularidade fiscal da(s) licitante(s) vencedora(s).

11.4 – É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não aceitar ou retirar a Ordem de Compra/Nota Empenho no prazo e condições estabelecidos, ou não apresentar situação regular, convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, observado o disposto no Art. 64, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5 – A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93.

12 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito, a critério da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, em conformidade com o Art. 55, inciso IX, da Lei 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei e quando a licitante vencedora:

- a) Atrasar injustificadamente a entrega dos materiais, objeto deste Edital.
- b) Falir ou dissolver-se.
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

13. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1 - O prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega da Ordem de Compra ou documento equivalente;

13.2 - Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, no Setor de Almojarifado, localizado no Prédio Sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, sediado na Praça Sete de Setembro, s/n, Centro, Natal/RN, no horário de segunda a quinta-feira das 8h às 15h e na sexta-feira das 8h às 13h, em dias úteis;

13.3 - Os materiais deverão estar embalados e lacrados de forma a ficarem protegidos da ação da luz, poeira, umidade, assim como constar referência, marca do fabricante e data de validade.

13.4 - A entrega deverá ser realizado em parcela única de acordo com Ordem de Compra ou documento equivalente;

14. CONDIÇÕES DOS RECEBIMENTOS

14.1 - Os materiais serão recebidos pelo Setor de Almojarifado da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da autorização de compra; e



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

b) Definitivamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contado da entrega do material pelo fornecedor;

14.2 - No caso dos materiais serem entregues em desconformidade com a Ordem de Compras ou Documento equivalente, eles deverão ser substituídos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da recusa pela contratada, correndo às expensas da própria empresa quaisquer custas advindas da substituição.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 - A Gestão de todas as atividades relacionadas à contratação do Termo de Referência - ANEXO I do edital, será acompanhada e fiscalizada em conformidade com as normas estabelecidas na Portaria nº 0001/2015-GSGP, de 11 de março de 2015.

16 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do orçamento do Poder Legislativo.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados a partir da data em que for apresentada a Nota Fiscal/Fatura, devidamente conferida e atestada pelo setor competente deste Órgão.

17.2 - A ALRN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, assim como os valores relacionados a tributos, quando for o caso.

17.3 - É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de **DÉBITO DO ESTADO**) e Municipal (Certidão Negativa de **TRIBUTOS DO MUNICÍPIO**), quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** (para as empresas inscritas no Estado Rio Grande do Norte) e Certidão Negativa de **DÉBITO TRABALHISTA – CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Norte, pelo prazo de até cinco (5) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a) Não retirar a ordem de serviço ou compra, quando convocada dentro do prazo de vigência do contrato;
- b) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- e) Não manter a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato decorrente desta licitação;



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

18.2 – O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

18.3 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante vencedor à multa de mora de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor do serviço não prestado.

18.4 – A multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento eventualmente devido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.5 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multa no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor do serviço não prestado.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - A aplicação da sanção prevista na alínea “a” não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas “b” e “c”, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.6 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do **item 18.1**, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.7 - Ocorrendo à inexecução de que trata o **item 18.5**, reserva-se a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Excelentíssimo Senhor Presidente ou qualquer membro da Mesa Diretora, para as providências cabíveis.

18.8 - A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

18.9 - A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Excelentíssimo Senhor Presidente ou qualquer membro da Mesa Diretora.

19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - A critério do Excelentíssimo Senhor Presidente ou qualquer membro da Mesa Diretora a presente licitação poderá ser:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

- a)** Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;
- b)** Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c)** Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

19.2 - A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

19.3 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, apontando as falhas ou irregularidades que o viciarem, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a entrega dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

19.4 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

19.5 - Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o expediente normal deste Órgão, no horário de 8 às 15 de segunda a quinta-feira e nas sextas-feiras das 8 às 12:00 horas.

19.6 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste Pregão na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

19.7 - O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta de preço, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.8 - Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, serão dirimidas pelo(a) Pregoeiro(a), por meio de ofício ou pelo fone/fax 3232-9748, de 8:00 as 15:00 horas de segunda a quinta-feira e nas sextas-feiras 8:00 as 12:00 horas.

19.9 - Os casos omissos serão dirimidos pelo(a) Pregoeiro(a), com observância da legislação vigente, em especial a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e subsidiariamente as normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações.

Natal/RN, 30 de março de 2015.

**Maria de Fátima Paiva Arruda
Pregoeira**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015

ANEXO I – Termo de Referência

1 . DO OBJETO

1.1 - Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de material didático, jogos educativo e material de consumo, para atender as ações da Assembleia Cidadã durante o ano de 2015, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital.

2 . DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Os jogos pedagógicos e as oficinas educativas proporcionam ao público participante o desenvolvimento de habilidade física, motora e cognitiva, auxilia na concentração, na agilidade, no raciocínio lógico, além de dialogar com a realidade e ajudar no conhecimento dos seus limites e virtudes.

3 . ESPECIFICAÇÕES

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unit. Máximo	Vlr. Total
1 - 0011933 - -DOMINÓ:CONTENDO 28 PEÇAS DE PLÁSTICO,NA COR PRETA,EM UMA CAIXA DE PLÁSTICO RESISTENTE.	Cx	1.800	5,55	9.990,00
2 - 0011934 - -JOGO DE RAQUETE DE PLÁSTICO,CONTENDO 02 RAQUETES MEDINDO APROXIMADAMENTE 150 X 300 X 40 mm E UMA PETECA	kit	1.200	11,11	13.332,00
3 - 0011935 - -JOGO TRILHA:COMPOSTO DE 01 TABULEIRO DE MADEIRA,MEDINDO 30X30 cm E 24 PEÇAS DE PLÁSTICO SENDO 12 PRETAS E 12 BRANCAS	Und	800	17,93	14.344,00
4 - 0011936 - -JOGO DE DAMA:COMPOSTO DE 01 TABULEIRO DE MADEIRA,MEDINDO 30 X30 cm E 24 PEÇAS DE PLÁSTICO SENDO 12 PRETAS E 12 BRANCAS	Und	800	23,80	19.040,00
5 - 0011937 - -JOGO DE XADREZ:CONTENDO 01 TABULEIRO DE PAPELÃO DOBRÁVEL AO MEIO MEDINDO 30 X 30 cm E 32 PEÇAS DE PLÁSTICO SENDO 16 BRANCAS E 16 PRETAS	Und	1.000	41,77	41.770,00
6 - 0011938 - JOGO DA MEMÓRIA ALIMENTOS,PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 05 ANOS, COM 70 DE PEÇAS DE FIGURAS COLORIDAS EM CARTONADO	Und	500	29,40	14.700,00
7 - 0011939 - -JOGO DA MEMÓRIA ABELHA,PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 5 ANOS,COM 70 DE PEÇAS DE FIGURAS COLORIDAS EM CARTONADO	Und	500	28,03	14.015,00
8 - 0011940 - JOGO DA MEMÓRIA MÁGICA:PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 4	Und	500	30,91	15.455,00



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

ANOS,COM 40 PEÇAS DE FIGURAS COLORIDAS EM CARTONADO				
9 - 0011941 - -JOGO DE QUEBRA-CABEÇA JOANINHA PROGRESSIVO,PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 05 ANOS,COM TRÊS LAMINAS DE 30,45,56 PEÇAS,CAIXA MEDINDO 46 X 29,5 X 43 cm.	Und	600	31,00	18.600,00
10 - 0011942 - JOGO BRINCANDO DE ENGENHEIRO,COM 42 PEÇAS EM MADEIRA,EM FORMAS GEOMÉTRICAS (RETANGULAR,TRIANGULAR,QUADRADO),COM UMAS DAS FACES COLORIDAS,CAIXA MEDINDO 20,5 X 5 X 15,5 cm.	Und	300	39,49	11.847,00
11 - 0011943 - -PEQUENO PINTOR (KIT DE PINTURA CONTENDO 1 PINCEL,6 POTINHOS DE TINTA GUACHE ,6 GIZES DE CERA E 18 DESENHOS PARA COLORIR)	Und	300	41,51	12.453,00
12 - 0011944 - BRINCAR DE APRENDER FORMAS (JOGO DE ENCAIXE DE FORMAS GEOMÉTRICAS,COMPOSTOR POR 18 PEÇAS CARTONADAS,A PARTIR DE 4 ANOS	Und	300	27,83	8.349,00
13 - 0011945 -BOLAS DE GUDE DE VIDRO COLORIDO,COM DIÂMETRO DE 16 mm.	Und	1.200	4,03	4.836,00
14 - 0011946 - -RAQUETE EM MADEIRA 120 gr,DIMENSÕES (LXAXP)12X23X3cm.	Und	12	69,25	831,00
15 - 0011949 - TUBO COM PETECAS PLÁSTICO.MEDINDO 5 cmDE ALTURA.CONTENDO 15 PETECAS.	Und	5	23,41	117,05
16 - 0011950 - BOLA PARA TÊNIS MESA,MEDINDO 1,1gr	Und	20	8,41	168,20
17 - 0011951 -MANUAL DA NOVA ORTOGRAFIA,EDITORA GRAFSET,AUTORA MONICA MARIA PEREIRA DA SILVA E WILLY PAREDES SOARES	Und	800	47,90	38.320,00
18 - 0011952 - LÁPIS HIDROCOR,POCOTE COM 12 UNIDADES	Und	50	7,11	355,50
19 - 0011953 -PAPEL PARAPLOTTER 90G-914 X 50m	Und	1	158,59	158,59
20 - 0011954 - -FOLHA DE CARTOLINA COLOR SET,FORMATO APROXIMADO 66 X 95cm,(CORES VARIADAS)	Und	100	0,74	74,00
21 - 0011956 - FOLHA DE CARTOLINA GUACHE,180G,660 X 480 mm	Und	130	0,84	109,20
22 - 0011957 - TINTA GUACHE,CAIXA COM 06 POTES DE 15 ml (CORES DIFERENTES)	Und	20	2,85	57,00
23 - 0011958 - TUBO GRANDE (1kg)COLA DE ISOPOR	Und	2	10,56	21,12
24 - 0011959 - -MASSAP/MODELAR 180g,CAIXA C/12 CORES	Und	50	3,51	175,50
25 - 0011963 - -ROLO FITA ADESIVA LARGA	RL	25	3,96	99,00



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

TRANSPARENTE				
26 - 0011964 - -ROLO DE FITA ADESIVA LARGA COLORIDA AZUL	RL	15	39,36	590,40
27 - 0011965 - -FITA ADESIVA CREPE 18 X 50	rolo	25	3,72	93,00
28 - 0011966 - TATAME COM ENCAIXE (15 PLACAS DE ENCAIXE EM E.V.A,MEDINDO (LXAXP) 15 X 40 X 50 cm,PESO 2000g,MEDIDA TOTAL 15m)ACONDICIONADO DE PVC TRANSPARENTE,COM ZIPER E ALÇA	Und	2	318,22	636,44
29 - 0011967 - -MATERIAL EMBORRACHADO CONHECIDO COM ESPUMA VINILICA ACETINADO(E.V.A),TAMANHO 40 X 48,CORES VARIADAS	FL	200	2,35	470,00
30 - 0011968 - -COLA ADESIVA DE CONTATO 75g	tubo	15	12,20	183,00
31 - 0011969 - - COLA BRANCA ESCOLAR 40 GRAMAS	tubo	150	0,65	97,50
32 - 0011970 - -TESOURA 12cmCOM PONTA	Und	15	6,13	91,95
33 - 0011971 - -BALÃO COLORIDO N°7,PACOTE COM 50 UNIDADES	Pct	100	9,29	929,00
34 - 0011972 - FOLHA DE PAPEL PRESENTE,CORES VARIADAS	FL	600	0,76	456,00
35 - 0011973 - -BASE ACRÍLICA PARA MONTAGEM DE ARTESANATO TRANSPARETE 5cm DE DIÂMETRO E 2mm DE ESPESSURA,PACOTE COM 06 PEÇAS	Und	100	7,34	734,00
36 - 0011974 - -JOGO PARA CHAVEIRO COM ARGOLA,TAMANHO 50 mm,PACOTE COM 100 UNIDADE	Und	5	47,90	239,50
37 - 0011975 - -JOGO PARA CHAVEIRO COM ARGOLA,TAMANHO 20 mm,PACOTE COM 100 UNIDADES	Und	5	18,09	90,45
38 - 0011976 - -JOGO PARA CHAVEIRO COM ARGOLA,TAMANHO 100mm,PACOTE COM 100 UNIDADES	Und	5	36,19	180,95
39 - 0011977 - -ESPIRAIS PORTA RECADO EM PLÁSTICO,PACOTE COM 25 PEÇAS	Und	10	17,03	170,30
40 - 0012241 - ESPIRAIS PORTA RECADO EM AÇO.PACOTE COM 10 PEÇAS	Pct	20	18,09	361,80
41 - 0011979 - -COLA BRANCA PARA USO GERAL,CONTENDO 500gr,TIPO PVA	Und	2	11,59	23,18
42 - 0011980 - -MASSA PRONTA PARA BISCUIT COLORIDA,PACOTE DE 1kg	Und	100	29,78	2.978,00
43 - 0011981 - ALMONTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE,CONTENDO 125ml	Und	15	14,80	222,00

4 . DA AMOSTRA

4.1 – O licitante detentor da melhor proposta de cada item/lote poderá ser



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

convocado para apresentar amostra para análise, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento da notificação.

4.2 – O prazo estabelecido no item 4.1 para apresentação da amostra é improrrogável, portanto, não serão aceitos quaisquer pedidos de prorrogação do mesmo.

4.3 – As amostras deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitação e Contratos, localizada no Edifício da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, na Praça Sete de Setembro, S/N, Cidade Alta - Natal/RN.

4.4 – As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a primeira compra realizada por este Órgão ao licitante vencedor.

4.5 – As amostras recusadas deverão ser retiradas pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, na Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, após recebimento de notificação.

5. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 - O prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega da Ordem de Compra ou documento equivalente;

5.2 - Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, no Setor de Almoxarifado, localizado no Prédio Sede da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, sediado na Praça Sete de Setembro, s/n, Centro, Natal/RN, no horário de segunda a quinta-feira das 8h às 15h e na sexta-feira das 8h às 13h, em dias úteis;

5.3 - Os materiais deverão estar embalados e lacrados de forma a ficarem protegidos da ação da luz, poeira, umidade, assim como constar referência, marca do fabricante e data de validade.

5.4 - A entrega deverá ser realizado em parcela única de acordo com Ordem de Compra ou documento equivalente;

5.5 – As prorrogações para a entrega dos materiais só aceitas na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

6. CONDIÇÕES DOS RECEBIMENTOS

6.1 - Os materiais serão recebidos pelo Setor de Almoxarifado da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da autorização de compra; e

b) Definitivamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contado da entrega do material pelo fornecedor;

6.2 - No caso dos materiais serem entregues em desconformidade com a Ordem de Compras ou Documento equivalente, eles deverão ser substituídos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da recusa pela contratada, correndo às expensas da própria empresa quaisquer custas advindas da substituição.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 - A Gestão de todas as atividades relacionadas à contratação do Termo de



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

Referência - ANEXO I do edital, será acompanhada e fiscalizada em conformidade com as normas estabelecidas na Portaria nº 0001/2015-GSGP, de 11 de março de 2015.

8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do orçamento do Poder Legislativo.

9. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado em parcela única no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo;

9.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente do fornecedor;

9.3 - Será considerada a data do pagamento o dia que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.4 - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $AF = I \times N \times VP$, onde: AF = Atualização Financeira devida; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deve ainda as obrigações seguintes:

10.2 - Manter a regularidade jurídica/econômico/financeiro e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes no Edital de licitação.

10.3 - Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE e designar preposto para atender as solicitações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na execução do contrato.

10.4 - Atender as convocações da CONTRATANTE cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação seja na hipótese de assinatura de contratos e aditivos.

10.5 Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em contrato e/ou Autorização de compra expedida pela CONTRATANTE, atendendo todas as condições previstas do Edital de Licitação.

10.6 - Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos;

10.7 - Respeitar as normas internas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte;

10.8 - O aceite/aprovação do (s) produto (s) pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte não exclui a responsabilidade cível do CONTRATADO por vícios de quantidade ou qualidade do (s) produto (s) ou disparidades com as especificações estabelecidas verificadas, posteriormente, garantido-se a Assembleia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

Legislativa do Rio Grande do Norte as faculdades previstas na Lei nº 8.078/90.

10.9 Todos os produtos fornecidos que apresentarem avaria ou defeitos de qualquer natureza deverão ser substituídos, sem custo adicional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a comunicação deste Órgão à empresa contratada;

10.10 - Providenciar a retirada, a entrega e a devolução do mesmo sem qualquer custo adicional para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, quando necessária a saída do produto a ser substituído na sede da CONTRATADA;

10.11 - Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA as dependências da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, quando devidamente identificados, para entrega dos materiais proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

11.2 - Atentar para que, durante a vigência de contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação por parte da CONTRATADA, bem como seu fiel cumprimento;

11.3 - Prestar esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato que venham a ser formalmente solicitado pela CONTRATADA;

11.4 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo e a forma estabelecida em contrato;

11.5 - Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 - Apresentação de no mínimo um atestado de capacidade técnica, exclusivamente em nome da licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Palácio José Augusto
- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015
ANEXO II – Modelo de Declaração de cumprimento das Condições de
Habilitação e de enquadramento como ME ou EPP

(nome da empresa) _____, inscrito(a)
no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
no..... e do CPF no, **DECLARA:**

() para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no Edital do **Pregão Presencial nº 4/2015**.

() deter a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da **Lei Complementar n.º 123/06**, de 14/12/2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na referida Lei.

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura
do Representante legal



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Palácio José Augusto
- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015
ANEXO III - Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalho de Menor

(nome da empresa) _____, inscrito(a)
no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade
no..... e do CPF no, **DECLARA**, para fins do disposto
no item [inciso V do art. 27 da Lei n o 8.666, de 21 de junho de 1993](#) , acrescido pela
Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura
do Representante legal



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Palácio José Augusto
- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015
ANEXO IV – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Sr(a). Pregoeiro(a)

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, a entrega dos materiais abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNIT. R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Xxxxxxxxxxxxxx	xxx	01	00,00	00,00
MARCA					

Valor total da proposta R\$ 00,00 (-----)

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, carga e descarga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação.

c) O prazo de entrega é de ___ (_____) a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.

d) A entrega dos materiais será feita no almoxarifado da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RIO GRADO DO NORTE no endereço Praça Sete de Setembro S/N, Cidade Alta – Natal/RN, sem nenhum ônus.

e) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 60 dias).

f) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho/ordem de compra no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

g) Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente).

h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local e data

Nome e Cargo do Representante da Empresa

RG nº



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015 – AL/RN
ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Aos **xxxx** dias do mês de **xxxxxxxxxxxxxx** do ano de **xxxx**, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, com sede à Praça Sete de Setembro, S/N – Cidade Alta - Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.493.371/0001-64, neste ato representada pelo **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE OU QUALQUER MEMBRO DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE**, residente e domiciliada em Natal/RN, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal n.º 7.892, de 23 de 2013 e subsidiariamente as normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015**, Processo Administrativo n.º 1109/2014, homologado em **xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2015**, resolve registrar o preço oferecido pelas empresas, como segue:

EMPRESA:				
CNPJ:			TEL:	
ENDEREÇO:				
REPRESENTANTE LEGAL:				
RG:			CPF:	
ITEM	OBJETO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)

1. DO OBJETO

1.1 – Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de material didático, jogos educativos e material de consumo, para atender as ações da Assembleia Cidadã durante o ano de 2015, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital. , anexo I do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015** conforme as quantidades estimadas e preços constantes do quadro supra.

2. DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir da data de sua publicação na imprensa oficial.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte não será obrigada a firmar as



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.1 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irrevogáveis durante a validade desta ARP.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - Integram esta ARP, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 4/2015-AL** e seus anexos, e a proposta da empresa:....., classificada, no certame supra numerado.

3.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as normas constantes na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de 2013 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações.

3.3 - Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gestor

Empresa Registrada



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 4/2015

A Assembleia Legislativa / RN, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na Modalidade Pregão Presencial, objetivando o Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de material didático, jogos educativos e material de consumo, para atender as ações da Assembleia Cidadã durante o ano de 2015, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital, com data de abertura do certame para o **dia 15 de abril de 2015 (quarta-feira) as 09:00 horas, (hora local)**.

O Edital completo poderá ser adquirido na Coordenadoria de Licitação e Contratos, situada no edifício sede da Assembleia Legislativa, na Praça Sete de Setembro, s/n – Centro – Natal/RN, de 8h as 15h de segunda a quinta feira e nas sextas feira de 8h as 12 horas ou no endereço eletrônico www.al.rn.gov.br.

Informações pelo telefax: (84)3232-9748 ou e-mail: pregaoalrn@rn.gov.br.

Natal, 01 de abril de 2015.

Maria de Fátima Paiva Arruda
PREGOEIRA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Palácio José Augusto

- Praça Sete de Setembro S/N - Centro - Natal/RN -

**COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015**

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de material didático, jogo educativo e material de consumo, para atender as ações da Assembleia Cidadã durante o ano de 2015, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital.

Razão Social:

CNPJ nº

Endereço:

E-mail:

Cidade: _____ Estado: ____ Telefone: _____ Fax:

Pessoa para contato:

Recebemos cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

_____, ____ de _____ de 2015.

Assinatura